

FALTA DE REMÉDIOS

Governo federal quer tirar do GDF o poder de gerenciar a verba repassada pela União para o setor, cerca de R\$ 15 milhões mensais. Ministério oficializa hoje a proposta ao conselho nacional

Controle sobre dinheiro da saúde

César Henrique Arrais

Da equipe do **Correio**

O Ministério da Saúde não quer que o governo do DF tenha autonomia para gerenciar os recursos federais repassados para programas de assistência sanitária. A proposta para tirar a gestão plena do GDF foi feita na última quinta-feira durante a reunião da Comissão Intergestora Tripartite — com representan-

tes da União, estados e municípios e que delibera sobre a destinação de verbas na Saúde. A intenção do ministério será oficializada hoje em reunião de conselhos estaduais e municipais de saúde.

A iniciativa foi motivada pelos primeiros resultados da auditoria realizada na secretaria e indicou a falta de 60% dos itens da farmácia pública ao mesmo tempo em que R\$ 34,5 milhões repassados pelo governo fede-

ral estavam aplicados em fundos DI. Além de perder o direito de gerir os recursos federais — são cerca de R\$ 15 milhões mensais — a Secretaria de Saúde também ficaria proibida de credenciar e descredenciar serviços junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Jorge Solla, secretário de Atenção à Saúde do ministério, argumenta que “o pedido à comissão é fruto de uma série de auditorias que não param de

mostrar irregularidades”, disse.

Cinco representantes do Ministério da Saúde, cinco das secretarias estaduais e outros cinco das municipais têm direito a voto na comissão. “Isso não estava nem na agenda da Comissão Tripartite. Sequer sei do que estou sendo acusado”, reclamou o secretário Arnaldo Bernardino. Ele voltou a afirmar que as auditorias estão se conduzindo com intenções políticas de atingir o governador Joaquim Roriz.

Arnaldo Bernardino vai procurar apoio das entidades médicas de Brasília e da Câmara Distrital para evitar a ingerência do ministério sobre a administração local. Entretanto, no Legislativo, ele deverá encontrar resistência, já que a deputada Arlete Sampaio (PT) conseguiu aprovar um convite ao secretário para prestar esclarecimentos sobre os problemas na saúde do DF. Ele deverá ser ouvido no dia 17 de março.